

COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E CULTURA – CEPEC

PLANEJAMENTO DE CURSO DE EXTENSÃO

NOME DO CURSO: JUSTIÇA CLIMÁTICA E GESTÃO AMBIENTAL DA AGRICULTURA		PERÍODO DE VIGÊNCIA: 04/04 a 30/05	ANO: 2025/1
PROFESSOR (A) RESPONSÁVEL: Nery dos Santos de Assis			
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL			
AULAS TEÓRICAS ONLINE	ATIVIDADES EXTRACLASSE E/OU PRÁTICAS	CARGA HORÁRIA TOTAL	ENCONTROS SEMANAIS
40h em aulas on-line	20h em elaboração de tópicos direcionados relacionados à temas analisados em classe	20h	01 pela noite

EMENTA

Justiça Climática e Litigância Climática. Mudanças Climáticas e Aquecimento Global. Governança Climática: Ações Centralizadas e Multicêntricas. Preservação, Adaptação e Mitigação. Princípio da Precaução. Instrumentos regulatórios e políticas públicas relacionadas a justiça climática e a gestão ambiental da agricultura em especial os sistemas nacional, estadual e local de regulação do meio ambiente no Brasil.

JUSTIFICATIVA

O curso se justifica pela necessidade de desenvolvimento de estudos complexos relacionados as mudanças climáticas e a gestão ambiental da agricultura. Assim, o conhecimento da área suas interlocuções com diversas áreas do saber em especial as noções regulatórias e de políticas públicas relacionadas a justiça climática e a gestão ambiental da agricultura em especial os sistemas nacional, estadual e local de regulação.

Conteúdo Programático:

- 1. O que é Justiça Climática?**
 - 1.1. A justiça e o direito ambiental no Brasil
 - 1.1.1. O que diferencia a justiça climática da questão ambiental;
 - 1.1.2. Os padrões de Sustentabilidade e a necessidade de redução de emissões de GEE, a sustentabilidade é suficiente?
 - 1.1.3. A governança climática Global, Regional e local e seus atores;
 - 1.1.4. Geopolítica e energia e justiça climática;
- 2. GÊNESE DA POLÍTICA PÚBLICA DE MEIO AMBIENTE**
 - 2.1.1. História da politica ambiental no Brasil
 - 2.1.2. Os códigos florestais e as propriedades rurais
 - 2.1.3. A politica nacional de Meio Ambiente;
 - 2.1.4. Sistema nacional e sua estrutura
- 3. SISNAMA: Sistema Nacional do Meio Ambiente**
 - 3.1. Estrutura do Sisnama
 - 3.2. Regularização Ambiental
 - 3.3. APP, Reserva Legal e Licenciamentos

4. **SISEMA: Lei Estadual 21.972/2016 – Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA) de Minas Gerais**
 - 4.1. NOVA ESTRUTURA DO SISEMA: Sistema Estadual de Meio Ambiente Minas Gerais
 - 4.2. Modalidades do Licenciamento Lei Estadual 21.972, de 21 de janeiro de 2016
 - 4.3. SEMAD, FEAM, IEF, IGAM, CERH-MG, COPAM e SUPRAMs
5. **Lei nº 20.922 de 18/10/2013 - Código Florestal de Minas Gerais - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE**
6. **RESERVA LEGAL**
 - 6.1. Da Delimitação Da Área De Reserva Legal
 - 6.2. Amazônia Legal
 - 6.3. Da Localização Da Área De Reserva Legal
 - 6.4. Da Relocação Da Área De Reserva Legal
 - 6.5. Da Exploração Da Área De Reserva Legal
 - 6.6. Da Exploração Da Área De Reserva Legal Para Consumo Próprio
 - 6.7. Da Regularização Da Área De RL
 - 6.8. Da Recomposição Da Área De RL
 - 6.9. Das Características Da Área Para Compensação Da RL
 - 6.10. Da Desobrigação De Cumprir A Averbação Do Percentual Da RL
7. **Fechamento do curso:**
 - 7.1. Conclusões gerais e debate estudo de caso

OBJETIVO GERAL – EXPECTATIVA DA APRENDIZAGEM

O curso tem como objetivo apresentar os desdobramentos da justiça climática e das necessidades de adaptação e mitigação de efeitos das mudanças climáticas. Também apresenta o sistema nacional de proteção do Meio Ambiente e as principais políticas de regularização relativas as propriedades rurais.

CURSOS VINCULADOS

Direito, Agronomia, Engenharia Florestal e cursos afins

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

DATA E HORÁRIO	CONTEÚDO/TEMA	ATIVIDADE/AVALIAÇÃO
04/04 das 13h às 17h. on-line síncrono com disponibilização da gravação após a aula.	Tema 1	Tema de discussão 01
25/04 das 13h às 17h. on-line síncrono com disponibilização da gravação após a aula.	Tema 2	Tema de discussão 02
09/05 das 13h às 17h. on-line síncrono com disponibilização da gravação após a aula.	Tema 3	Tema de discussão 03
16/05 das 13h às 17h. on-line síncrono com disponibilização da gravação após a aula.	Tema 4	Tema de discussão 04
23/05 das 13h às 17h. on-line síncrono com disponibilização da gravação após a aula.	Tema 5	Tema de discussão 05
30/05 das 13h às 17h. on-line síncrono com disponibilização da gravação após a aula.	Temas 6 e 7	Tema de discussão 06

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei 6938 de 31.08.1981: Lei da Política Nacional do Meio Ambiente: Institui o SISNAMA.

BRASIL. Lei 7347 de 24.07.1985: Ação Civil Pública como instrumento processual de defesa do meio ambiente;

BRASIL. Lei Federal nº 12.727, de 17 de outubro de 2012 – Código Florestal.

MINAS GERAIS. Lei nº 20.922 de 18/10/2013 - Código Florestal de Minas Gerais.